

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

## Estudo Técnico Preliminar 86/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 23316.000410.2026-40

### 2. Descrição da necessidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, enquanto instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possui o dever institucional de assegurar condições de acesso, permanência e êxito acadêmico a todos os estudantes, inclusive aqueles que integram o público da educação especial, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão).

No âmbito do campus, tais atribuições são operacionalizadas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), responsável pela implementação de políticas de inclusão educacional, adaptação pedagógica e eliminação de barreiras que possam comprometer o processo de ensino-aprendizagem.

Para o adequado funcionamento dessas atividades, faz-se necessária a atuação contínua de profissionais especializados, responsáveis por viabilizar a mediação pedagógica, o apoio à acessibilidade comunicacional e a adaptação de conteúdos didáticos, garantindo que os estudantes tenham condições efetivas de participação nas atividades acadêmicas.

Atualmente, tais serviços são prestados por meio de contratação emergencial, cuja adoção decorreu da impossibilidade de prorrogação contratual anterior, associada à necessidade de evitar a descontinuidade imediata do atendimento.

Contudo, a natureza excepcional e temporária da contratação emergencial não se compatibiliza com o caráter permanente da necessidade, evidenciando a necessidade de substituição por solução estruturada, planejada e juridicamente adequada.

A análise da situação atual evidencia que o atendimento educacional inclusivo depende diretamente da disponibilidade contínua desses profissionais. Sua ausência compromete de forma significativa o acesso dos estudantes às atividades acadêmicas, reduzindo a efetividade da aprendizagem, dificultando a adaptação pedagógica e potencializando riscos de evasão escolar.

Além disso, a interrupção dos serviços implica não apenas prejuízos pedagógicos, mas também riscos institucionais, como o descumprimento de obrigações legais relacionadas à inclusão, passíveis de questionamento pelos órgãos de controle.

Diante desse cenário, caracteriza-se como necessidade pública relevante a contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, aptos a assegurar a continuidade, regularidade e qualidade do atendimento educacional especializado.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NAPNE	THAIS ANITA SILVA BARROS
DIREÇÃO GERAL	BRUNA DE CASTRO MENDES

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais e legais indispensáveis à adequada prestação dos serviços de apoio à educação especial, garantindo a qualidade, continuidade e efetividade do atendimento.

### **Da Execução e Continuidade**

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, assegurando a disponibilização permanente dos profissionais nas dependências do IFSP, de acordo com as necessidades identificadas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). A contratada deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, inclusive mediante substituição dos profissionais em situações de ausência, afastamento ou desligamento.

### **Da Qualificação Profissional**

Os profissionais disponibilizados deverão possuir qualificação compatível com as atividades a serem desempenhadas, observando-se os requisitos mínimos de formação estabelecidos no Termo de Referência e na legislação aplicável.

Considerando a natureza dos serviços de apoio à inclusão educacional, os profissionais deverão possuir formação e capacitação adequadas ao atendimento de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas, de modo a assegurar a adequada execução das atividades de mediação pedagógica, acessibilidade e apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

Para os cargos objeto da contratação, deverão ser observados os requisitos mínimos de formação e capacitação previstos na legislação vigente, especialmente aqueles relacionados aos profissionais de apoio escolar, bem como os requisitos específicos definidos no Termo de Referência.

As categorias profissionais deverão observar, quando aplicável, as classificações constantes da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

### **Da Capacidade Técnica e Responsabilidade Legal**

A solução contratada deverá assegurar a disponibilização de profissionais aptos à execução das atividades previstas, bem como capacidade administrativa suficiente para gerenciamento, supervisão e substituição da mão de obra empregada na execução contratual.

A contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária, de segurança e saúde no trabalho e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, permanecendo responsável pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da relação de trabalho mantida com seus empregados.

### **Da Qualidade e Segurança**

A execução dos serviços deverá observar padrões mínimos de qualidade, incluindo assiduidade, pontualidade, adequação técnica dos profissionais e atendimento às orientações institucionais, de forma a assegurar a continuidade, regularidade e efetividade dos serviços prestados.

A contratada deverá cumprir integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas à capacitação, prevenção de riscos e implementação dos programas legalmente exigidos.

### **Da Sustentabilidade e Acessibilidade**

Deverão ser observadas práticas que promovam o uso racional de recursos, a redução de desperdícios e a priorização de meios eletrônicos para comunicação e tramitação de documentos, sempre que possível.

A contratação deverá observar as normas de acessibilidade vigentes, contribuindo para a eliminação de barreiras e para a promoção da inclusão educacional dos estudantes atendidos pela instituição.

### **Do Controle e Acompanhamento**

A execução contratual deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização pela Administração, mediante mecanismos que possibilitem a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, da qualidade dos serviços prestados e da adequação dos profissionais disponibilizados às atividades desempenhadas.

### **Da Vedação à Participação de Pessoas Físicas**

Justifica-se a vedação à participação de pessoas físicas no presente certame, conforme facultado pelo parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021, em razão da natureza contínua dos serviços, da necessidade de substituição imediata dos profissionais em caso de ausências, da exigência de estrutura administrativa mínima para gestão da mão de obra e da necessidade de garantir a continuidade do atendimento aos estudantes público da educação especial.

A contratação por intermédio de pessoa jurídica mostra-se mais adequada à execução do objeto, permitindo maior segurança operacional, melhor gestão dos recursos humanos envolvidos e maior eficiência administrativa na fiscalização e acompanhamento contratual.

## **5. Levantamento de Mercado**

Foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções disponíveis aptas ao atendimento da necessidade administrativa, bem como avaliar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida.

A análise considerou a natureza dos serviços, caracterizados como prestação continuada com dedicação exclusiva de mão de obra, voltados ao atendimento de estudantes público da educação especial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

Inicialmente, verificou-se que a solução usualmente adotada pela Administração Pública para atendimento de demandas dessa natureza consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, com fornecimento de profissionais qualificados para atuação direta no apoio à inclusão e acessibilidade educacional, uma vez que o órgão não dispõe desses profissionais em seu quadro de servidores.

No levantamento realizado, foram analisadas contratações similares promovidas por outros órgãos e entidades públicas, incluindo contratos e processos de contratação envolvendo serviços de Audiodescrição e Monitoria de Inclusão e Acessibilidade, os quais serviram como referência técnica e mercadológica para definição dos parâmetros da contratação.

A análise das contratações similares permitiu identificar que o modelo de execução por meio de dedicação exclusiva de mão de obra apresenta maior aderência às necessidades institucionais, especialmente em razão da necessidade de disponibilização contínua dos profissionais, da exigência de acompanhamento permanente dos estudantes e da necessidade de substituição em casos de ausência.

Durante o levantamento, constatou-se a inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou sentença normativa específica aplicável às funções de Audiodescritor e Monitor de Inclusão e Acessibilidade. Em razão dessa circunstância, os salários referenciais utilizados na composição dos custos foram definidos mediante pesquisa de mercado, com utilização de fontes públicas, dados estatísticos e contratações públicas similares, nos termos do item XXII do Anexo I da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

Para subsidiar a definição dos valores referenciais, foi elaborado Estudo Mercadológico para Apuração de Média Salarial, utilizando-se dados provenientes de fontes públicas especializadas, contratações públicas similares e contratos administrativos com objeto compatível, observando-se as orientações da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e do Parecer nº 496/2023/CONSUL/PFIFSAO PAULO/PGF/AGU.

No que se refere aos benefícios considerados na composição dos custos da contratação, foram adotadas exclusivamente as parcelas decorrentes de obrigação legal ou normativa aplicável às contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, não sendo considerados benefícios previstos em instrumentos coletivos não aplicáveis às categorias profissionais objeto da contratação.

Verificou-se, ainda, que a solução adotada representa prática consolidada no âmbito da Administração Pública Federal para atendimento de demandas relacionadas à acessibilidade e inclusão educacional, mostrando-se técnica e operacionalmente adequada à necessidade identificada.

Diante das análises realizadas, conclui-se que a solução escolhida — contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra — mostra-se compatível com as práticas de mercado, tecnicamente adequada às necessidades institucionais e viável sob os aspectos operacional, econômico e concorrencial.

Ressalta-se, ainda, que a definição dos quantitativos e da jornada dos postos de trabalho considerou não apenas a demanda institucional identificada, mas também a disponibilidade orçamentária prevista para a contratação, buscando compatibilizar a necessidade de atendimento aos estudantes com a utilização responsável dos recursos públicos disponíveis.

Nesse contexto, optou-se pela adoção de jornada de 30 (trinta) horas semanais para os postos previstos, solução que se mostrou adequada para atendimento das necessidades atualmente identificadas, considerando os estudos realizados pela área demandante e os limites orçamentários disponíveis para a contratação, sem prejuízo da continuidade dos serviços prestados.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio à educação inclusiva, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, visando assegurar a disponibilização contínua de profissionais qualificados para atuação direta no suporte às atividades pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

A solução busca atender necessidade permanente da instituição relacionada à promoção da acessibilidade, da inclusão educacional e da permanência dos estudantes público da educação especial, assegurando condições adequadas para participação nas atividades acadêmicas e institucionais.

O modelo adotado baseia-se na terceirização de serviços com alocação de profissionais nas dependências da Administração, os quais atuarão sob orientação funcional do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), responsável pelo direcionamento das atividades, sem prejuízo do vínculo empregatício mantido com a empresa contratada.

A solução abrange, de forma integrada, todas as etapas necessárias à adequada execução do serviço, incluindo o recrutamento e seleção de profissionais com perfil compatível com as exigências da função, a contratação e gestão administrativa dos vínculos trabalhistas, a disponibilização contínua dos profissionais durante o período letivo, a substituição imediata em casos de ausência, afastamento ou desligamento, a supervisão e o acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como o cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

Do ponto de vista operacional, os profissionais atuarão diretamente no apoio aos estudantes, desenvolvendo atividades de mediação pedagógica, adaptação de conteúdos e suporte à acessibilidade, conforme demanda identificada pelo NAPNE, contribuindo para a eliminação de barreiras educacionais e para a efetiva inclusão dos estudantes nas atividades acadêmicas.

A solução contempla, ainda, mecanismos de controle e gestão contratual, incluindo a fiscalização técnica e administrativa do contrato, o monitoramento da frequência e do desempenho dos profissionais, a verificação periódica do cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada e a avaliação contínua da qualidade dos serviços prestados.

A adoção desse modelo permite à Administração concentrar seus esforços na gestão pedagógica do serviço e no acompanhamento dos resultados do atendimento educacional especializado, enquanto a contratada permanece responsável pela gestão administrativa da mão de obra necessária à execução contratual.

A escolha da solução fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos que demonstram sua adequação à necessidade identificada.

Do ponto de vista técnico, a contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra permite assegurar a continuidade dos serviços, a disponibilidade de profissionais qualificados e a adequada substituição em casos de ausência, garantindo maior eficiência na execução e melhor atendimento às demandas do NAPNE. Ademais, o modelo possibilita a atuação de profissionais com perfil compatível com as especificidades da educação inclusiva e com os requisitos de qualificação e capacitação previstos na legislação aplicável, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento e para a efetividade das ações institucionais.

Sob o aspecto econômico, a contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva mostra-se adequada à natureza da demanda, uma vez que permite a organização e a continuidade dos serviços com custos previsíveis e compatíveis com os parâmetros de mercado. Considerando a inexistência de instrumento coletivo específico aplicável às funções contratadas, os salários referenciais utilizados na composição dos custos foram definidos mediante pesquisa de mercado, observando-se dados estatísticos e contratações públicas similares.

O modelo adotado possibilita a adequada gestão dos encargos trabalhistas, previdenciários e administrativos pela contratada, garantindo maior segurança na execução contratual e reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços.

Adicionalmente, a solução contribui para maior eficiência na alocação dos recursos públicos, ao permitir o planejamento adequado da contratação e a definição clara dos custos envolvidos, evitando oscilações decorrentes de soluções não estruturadas.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi realizada com base na análise da demanda atual do campus, considerando o número de estudantes atendidos pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a diversidade de necessidades educacionais identificadas e a necessidade de atendimento simultâneo durante o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Conforme levantamento realizado pela área demandante, o campus possui atualmente estudantes que demandam atendimento especializado contínuo, abrangendo casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência visual, deficiência múltipla, surdez e outras necessidades educacionais específicas. Os estudos elaborados pelo NAPNE e pela gestão do campus apontaram, ainda, perspectiva de ampliação da demanda decorrente do ingresso de novos estudantes que necessitam de acompanhamento especializado.

Atualmente, verifica-se a existência de estudantes que demandam acompanhamento contínuo por profissionais de apoio, seja para mediação pedagógica, seja para garantia de acessibilidade às atividades acadêmicas, o que exige a disponibilização de equipe compatível com as necessidades institucionais identificadas.

A definição de 04 (quatro) postos de Monitores de Inclusão e Acessibilidade fundamenta-se na necessidade de cobertura das atividades acadêmicas em diferentes turnos e contextos pedagógicos, possibilitando o atendimento simultâneo a múltiplos estudantes que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando a ocorrência de sobreposição de horários e a necessidade de apoio contínuo durante as atividades em sala de aula e demais ambientes institucionais.

A previsão de 01 (um) posto de Audiodescritor justifica-se pela necessidade de atendimento especializado a estudantes com deficiência visual, garantindo acessibilidade comunicacional e condições adequadas de participação nas atividades educacionais.

A estimativa adotada considerou, ainda, a experiência obtida com a contratação anterior para o mesmo objeto, a qual forneceu subsídios relevantes quanto à dinâmica de execução dos serviços, às rotinas de atendimento e à necessidade de acompanhamento contínuo dos estudantes. Os estudos realizados pela área demandante demonstraram que a demanda institucional existente é superior à capacidade de atendimento proporcionada pela estrutura atualmente disponível, tendo sido avaliados diferentes cenários de composição da equipe e de carga horária dos profissionais, considerando simultaneamente as necessidades de atendimento e as limitações orçamentárias da instituição.

A jornada de 30 (trinta) horas semanais foi definida com base na carga horária acadêmica, na necessidade de presença contínua dos profissionais durante o período letivo e na análise dos cenários orçamentários elaborados pela área demandante. Verificou-se que a manutenção da jornada de 40 (quarenta) horas semanais, do atual contrato, para os postos previstos tornaria inviável a contratação dentro dos recursos disponíveis para o período, ao passo que a adoção da jornada de 30 (trinta) horas possibilita a continuidade dos serviços essenciais de apoio à inclusão educacional, preservando a capacidade de atendimento institucional dentro dos limites orçamentários existentes.

A definição dos quantitativos e da jornada dos postos também considerou a disponibilidade orçamentária prevista para a contratação, buscando compatibilizar as necessidades institucionais de atendimento com a utilização responsável dos recursos públicos disponíveis, sem prejuízo da continuidade e da qualidade dos serviços prestados.

Com base na experiência acumulada, na análise da demanda atualmente existente, nos estudos e documentos produzidos pela área demandante e na disponibilidade orçamentária prevista para a contratação, procedeu-se ao redimensionamento da solução, mediante definição de jornada de 30 (trinta) horas semanais para os postos previstos, buscando assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento dentro dos limites orçamentários disponíveis para a contratação.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 301.056,72

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em Planilha de Custos e Formação de Preços desenvolvida pela Administração, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, aplicáveis às contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

A composição dos custos considerou os salários referenciais definidos mediante pesquisa de mercado, bem como os encargos sociais, provisões trabalhistas, benefícios legalmente aplicáveis, custos indiretos, tributos e margem de lucro, conforme metodologia aplicável às contratações dessa natureza.

Considerando a inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo de Trabalho ou sentença normativa específica aplicável às funções de Audiodescritor e Monitor de Inclusão e Acessibilidade, os salários referenciais foram definidos por meio de Estudo Mercadológico, elaborado com base em fontes públicas, dados estatísticos e contratações públicas similares, observando-se a compatibilidade entre as atribuições dos cargos pesquisados e os serviços pretendidos pela Administração.

Para fins de composição da estimativa, foram adotados os seguintes salários referenciais:

- Audiodescritor (30 horas semanais): R\$ 2.516,63 mensais;
- Monitor de Inclusão e Acessibilidade (30 horas semanais): R\$ 1.943,84 mensais.

A estimativa contemplou a contratação de 01 (um) posto de Audiodescritor e 04 (quatro) postos de Monitor de Inclusão e Acessibilidade, todos com jornada de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses.

Com base nos parâmetros adotados e nas memórias de cálculo constantes dos autos, o valor estimado da contratação corresponde a R\$ 301.056,72 (trezentos e um mil, cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), conforme detalhamento abaixo:

- 01 (um) posto de Audiodescritor: R\$ 73.828,56 anuais;
- 04 (quatro) postos de Monitor de Inclusão e Acessibilidade: R\$ 227.228,16 anuais.

Assim, o valor mensal estimado da contratação corresponde a R\$ 25.088,06 (vinte e cinco mil e oitenta e oito reais e seis centavos), totalizando R\$ 301.056,72 para o período de 12 (doze) meses.

As memórias de cálculo, o Estudo Mercadológico para Apuração de Média Salarial, a Planilha de Custos e Formação de Preços e os demais documentos que subsidiaram a estimativa de preços constam dos autos do processo administrativo.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação não será parcelada, em razão da natureza integrada, contínua e interdependente dos serviços a serem prestados, cuja execução exige coordenação unificada e padronização de procedimentos.

Os serviços objeto da contratação integram uma única solução institucional voltada ao atendimento educacional inclusivo dos estudantes acompanhados pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). As atividades desempenhadas pelos Monitores de Inclusão e Acessibilidade e pelo Audiodescritor são complementares e inserem-se em um mesmo contexto de execução, possuindo o objetivo comum de assegurar acessibilidade, permanência, participação e desenvolvimento acadêmico dos estudantes atendidos.

Sob o aspecto técnico, o parcelamento do objeto mostra-se inadequado, uma vez que a divisão dos serviços entre múltiplos fornecedores pode comprometer a uniformidade dos procedimentos adotados, dificultar o alinhamento das equipes, a coordenação das atividades e a implementação das estratégias de atendimento definidas pelo NAPNE. A execução das atividades demanda atuação articulada entre os profissionais envolvidos, especialmente diante da necessidade de acompanhamento contínuo dos estudantes durante as atividades acadêmicas e institucionais.

Ademais, os serviços serão executados sob acompanhamento da mesma equipe técnica institucional, que realiza o planejamento, orientação e monitoramento das ações de inclusão e acessibilidade. A contratação de fornecedores distintos para funções que integram uma mesma solução de atendimento poderia gerar dificuldades operacionais relacionadas à coordenação das atividades, ao cumprimento dos fluxos de atendimento e à manutenção de padrões uniformes de execução.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento também não se mostra vantajoso. Os quantitativos previstos são reduzidos, compreendendo apenas 01 (um) posto de Audiodescritor e 04 (quatro) postos de Monitor de Inclusão e Acessibilidade. Nessa situação, a divisão do objeto em lotes distintos tende a reduzir a atratividade econômica da contratação, aumentar o risco de fracasso parcial da licitação ou de contratação incompleta da solução pretendida, sem que haja ganhos relevantes de competitividade ou redução de custos para a Administração.

Além disso, a contratação unificada possibilita melhor aproveitamento da estrutura administrativa da futura contratada, favorece a economia de escala, reduz custos indiretos de gestão contratual e simplifica os procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução, contribuindo para maior eficiência administrativa.

Dessa forma, considerando a natureza integrada dos serviços, a complementaridade das atividades desempenhadas, os reduzidos quantitativos envolvidos e a inexistência de ganhos concretos decorrentes da divisão do objeto, conclui-se que a contratação em grupo único representa a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração, assegurando a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços de apoio à inclusão educacional.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A presente contratação possui relação com as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, especialmente aquelas vinculadas às ações de inclusão e acessibilidade conduzidas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Entretanto, não foram identificadas contratações diretamente interdependentes que condicionem ou restrinjam a execução do objeto ora proposto, sendo possível sua implementação de forma autônoma, sem prejuízo da integração com outras ações institucionais.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui caráter complementar às atividades institucionais, não estando vinculada, de forma obrigatória, a outras contratações específicas.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, especialmente no que se refere às políticas de inclusão, acessibilidade e permanência estudantil.

A demanda é compatível com as diretrizes institucionais e com as necessidades identificadas no âmbito do campus, contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme previsto na legislação vigente.

Dessa forma, verifica-se o alinhamento da contratação com o planejamento do órgão, em consonância com os objetivos institucionais.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação proposta visa gerar benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, especialmente no que se refere à efetividade das políticas de educação inclusiva, à eficiência na prestação dos serviços e ao melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Do ponto de vista da efetividade, a disponibilização contínua de profissionais especializados permitirá assegurar o pleno acesso dos estudantes público da educação especial às atividades acadêmicas, reduzindo barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, e contribuindo para a permanência e o êxito escolar.

Em termos de eficiência, a adoção do modelo de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra possibilita a organização e a continuidade dos serviços, garantindo maior previsibilidade na execução e evitando descontinuidades que possam comprometer o atendimento aos estudantes. Além disso, a centralização da gestão da força de trabalho na empresa contratada permite à Administração concentrar seus esforços na gestão pedagógica e na fiscalização contratual.

No que se refere à economicidade, a contratação planejada por meio de procedimento licitatório tende a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, com base em parâmetros de mercado, promovendo a adequada alocação de recursos públicos e evitando custos adicionais decorrentes de soluções não estruturadas.

Quanto à eficácia, espera-se a melhoria da qualidade do atendimento educacional especializado, com impactos positivos nos indicadores institucionais, tais como redução da evasão escolar, aumento da participação dos estudantes nas atividades acadêmicas e melhoria do desempenho educacional.

Sob a perspectiva do melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação permitirá a disponibilização de profissionais com perfil adequado às demandas específicas da educação inclusiva, evitando a sobrecarga de servidores e garantindo a adequada execução das atividades.

Adicionalmente, a contratação contribui para o desenvolvimento nacional sustentável, especialmente sob o aspecto social, ao promover a inclusão educacional, a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, em consonância com as diretrizes das políticas públicas de inclusão.

Por fim, destaca-se que a adoção de solução estruturada e contínua contribui para a redução de riscos operacionais e jurídicos, garantindo maior estabilidade e segurança na prestação do serviço público.

### 13. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas pela Administração as providências necessárias à adequada preparação para a execução contratual, especialmente considerando a natureza dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Será realizada a elaboração do Termo de Referência, contemplando a descrição detalhada do objeto, os requisitos da contratação, o modelo de execução, os critérios de medição e pagamento, bem como as obrigações da contratada e os mecanismos de fiscalização.

No que se refere à gestão contratual, deverá ser realizada a designação formal de gestor e fiscais do contrato, com definição clara de suas atribuições, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando as especificidades dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, recomenda-se a capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização, especialmente quanto aos aspectos relacionados à verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pela contratada.

Adicionalmente, deverão ser estruturados os procedimentos e fluxos de acompanhamento da execução contratual, incluindo o controle de frequência dos profissionais, a verificação da qualidade dos serviços prestados e o monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais.

Caso necessário, deverão ser realizadas adequações administrativas internas para viabilizar a execução do contrato, incluindo a definição dos locais de atuação dos profissionais e o alinhamento com o NAPNE quanto à organização das atividades.

Por fim, deverão ser estabelecidos mecanismos de controle documental e de registro das ocorrências contratuais, de forma a garantir a rastreabilidade das informações e subsidiar eventuais medidas de responsabilização em caso de descumprimento contratual.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando a natureza do objeto, caracterizado pela prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, os impactos ambientais diretos decorrentes da contratação são considerados de baixa relevância, uma vez que não envolvem, de forma significativa, consumo intensivo de recursos naturais, geração de resíduos em larga escala ou atividades potencialmente poluidoras.

Ainda assim, no âmbito da execução contratual, podem ser identificados impactos ambientais indiretos relacionados às rotinas administrativas e operacionais, tais como o consumo de papel, energia elétrica e outros insumos necessários ao desenvolvimento das atividades.

Com vistas à mitigação desses impactos, recomenda-se a adoção de boas práticas administrativas e operacionais, tais como:

- priorização do uso de meios digitais para comunicação, registro e controle das atividades, reduzindo o consumo de papel;
- incentivo ao uso racional de energia elétrica e demais recursos disponíveis nas dependências da Administração;
- orientação aos profissionais quanto à adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

Adicionalmente, destaca-se que a contratação apresenta impacto positivo sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, especialmente no aspecto social, ao promover a inclusão educacional, a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo ao ensino para estudantes público da educação especial.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são reduzidos e podem ser adequadamente mitigados por meio da adoção de medidas administrativas simples, sem comprometer a execução do objeto.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações levantadas e nas análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável e razoável, sob os aspectos técnico, operacional e administrativo.

A necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada, considerando a importância do atendimento educacional inclusivo e a demanda contínua por serviços de apoio aos estudantes público da educação especial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

A solução proposta, consistente na contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, mostrou-se adequada à natureza da demanda, sendo capaz de garantir a continuidade, a qualidade e a regularidade dos serviços, conforme demonstrado nas análises realizadas.

Do ponto de vista técnico, a solução apresenta condições de atender plenamente às necessidades identificadas, possibilitando a disponibilização de profissionais qualificados, a substituição em casos de ausência e a adequada execução das atividades de apoio à inclusão.

Sob o aspecto operacional, o modelo adotado permite a organização e o controle da execução contratual, com definição clara de responsabilidades, mecanismos de fiscalização e garantia de continuidade dos serviços.

Quanto à viabilidade econômica, esta será devidamente confirmada na etapa de pesquisa de preços, a qual permitirá verificar a compatibilidade dos custos estimados com os valores praticados no mercado, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto, esta equipe de planejamento manifesta-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação, por entender que a solução proposta atende ao interesse público e está em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RENATO AUGUSTO DE OLIVEIRA E SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 13:23:31.*

**BRUNA DE CASTRO MENDES**

Autoridade competente

**THAIS ANITA SILVA BARROS**

Responsável pela demanda



